



## FIQUE LIGADO!

- Dia 10: reunião de delegados
- Dias 14 e 15: manifestação contra a previdência complementar
- Dia 28/3: marcha da campanha salarial unificada dos servidores

# Luta recomeça com força total

Neste ano novo vamos abraçar com união e garra revigoradas a luta pela aprovação do reajuste salarial. Nosso empenho conjunto manteve o projeto de lei à beira da aprovação até o último momento de 2011. Porém, o Poder Executivo extrapolou os seus limites, enquanto o Poder Judiciário não conseguiu impor sua autonomia constitucional.

O governo iniciou 2012 reafirmando que as torneiras continuarão fechadas para o funcionalismo. No entanto, a expectativa dos analistas é de que o governo ceda às pressões por reajuste, que devem se intensificar de todos os lados. No dia 15 de fevereiro será lançada a campanha unificada dos servidores públicos federais, e nossa categoria estará presente, com toda a sua força.

Para os servidores do Judiciário e do MPU o panorama é otimista, pois o cabo de guerra entre Executivo e Judiciário deve arrebentar em breve, resultando em reajustes para magistrados e funcionários. Além disso há uma ação em curso no TRF-1, para recuperar as perdas inflacionárias dos últimos anos. Portanto, nada de abaixar a cabeça: vamos fazer muito barulho e pressionar até o governo ceder à nossa reivindicação.

Já estamos pressionando os Três Poderes por meio de um VT exibido na Rede Globo (veja em [www.sindjusdf.org.br](http://www.sindjusdf.org.br)). Também já retomamos as conversas com a cúpula do Judiciário (leia nota na p.2). E, nesta sexta (10), a reunião de Delegados Sindicais definirá os próximos passos da nossa campanha.

## Delegados definem agenda nesta sexta

Nesta sexta (10), a reunião de delegados sindicais vai definir os próximos passos da campanha pela aprovação do reajuste salarial dos servidores do Judiciário e do MPU. Procure os delegados do seu local de trabalho para nos ajudar a elaborar essa agenda de luta. E fique atento ao calendário de atividades para mergulhar de corpo e alma na mobilização. A reunião acontece no Hotel Nacional, sala 12, às 14h.

## Campanha unificada começa no dia 15

A campanha salarial unificada dos servidores públicos federais será lançada no próximo dia 15 (terça). No dia 28 de março, servidores de todo o Brasil estarão em Brasília para uma marcha em defesa de suas reivindicações. Dezenas de entidades nacionais unirão forças com manifestações no Ministério do Planejamento e no Congresso. Os servidores do Judiciário e MPU estão convidados a reforçar essas manifestações.



Assim como em 2011, a concentração será na Catedral e o encerramento no Congresso

## Aposentadoria de servidores está de novo sob ameaça

Nas próximas terça e quarta (dias 14 e 15), os servidores do Judiciário e MPU se juntarão a outras categorias na mobilização contra a aprovação da previdência complementar. As manifestações acontecerão o dia inteiro, no Congresso Nacional, com a presença da diretoria do Sindjus.

O sindicato publicou hoje (9) uma nota de repúdio ao PL 1992/07, que cria o Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp). Duramente criticado por todos os setores do funcionalismo, o projeto é considerado autoritário, injusto e prejudicial aos servidores; foi apontado como inconstitucional pela Associação dos Juizes Federais e perdeu até mesmo o aval dos parlamentares do PDT, partido que faz parte da base de apoio do governo na Câmara.

A tentativa de aprovar o PL em regime de urgência ontem (dia 8) fracassou, em meio a confusão entre as lideranças partidárias e ao barulho dos servidores que se manifestaram contra o Funpresp.

“Na próxima semana vamos nos juntar a esses manifestantes”, afirmou o coordenador do Sindjus Berilo Leão. “Um dos motivos pelos quais nossa categoria consegue manter um bom quadro de servidores é a segurança que a aposentadoria oferece. Não podemos concordar com um regime que vai nos prejudicar”, acrescentou. Segundo o coordenador, o novo projeto prevê contribuições maiores que as atuais, mas não oferece garantia alguma de uma boa aposentadoria mais adiante.



“Podem contar comigo”, afirmou a ministra

CARLOS NUMBERTO-SCO-STF

## Ministra Carmem Lúcia garante apoio à categoria

Os coordenadores do Sindjus Berilo Leão e Cleo Oliveira se reuniram ontem (8) com a ministra Carmem Lúcia, retomando a pressão no STF pela aprovação do PL 6613. Essa conversa marca o reinício da mobilização pelo reajuste, que contará com uma série de articulações e manifestações no Judiciário, no Legislativo e no Executivo.

Os representantes do Sindjus destacaram a importância histórica da participação do presidente do TSE nas nossas conquistas salariais; como futura presidente desse tribunal, a ministra poderá contribuir em muito para decidir a luta a nosso favor. Ela foi receptiva e firmou compromisso com os servidores pela aprovação do PL 6613. “Sou servidora pública de carreira, então considero importante a valorização dos servidores. Vocês podem contar comigo”, afirmou.

**REVISÃO GERAL ANUAL** – Além do PL 6613/09, os coordenadores trataram com a ministra de outros temas de interesse da nossa categoria, como o Recurso Extraordinário nº 565089, que pede a aplicação do Artigo 37, inciso X da Constituição Federal, sobre a revisão geral anual dos servidores públicos federais.

A ministra, em sessão do STF no ano passado, apresentou pedido de vista ao

voto do relator, ministro Marco Aurélio Melo. Na conversa os coordenadores do Sindjus, Carmem Lúcia afirmou que seu voto já está pronto e que o assunto será tratado de forma geral para todos os servidores. A definição da data-base é um dos eixos da campanha salarial de 2012, que será lançada pelas entidades nacionais na próxima quarta-feira (15).

**MI 824-8/DF** – Os coordenadores trataram também do requerimento administrativo do Sindjus para implementação da decisão do MI nº 824-8/DF, que garantiu aos servidores o direito à utilização da legislação previdenciária própria dos trabalhadores celetistas para fins de contagem especial do tempo de serviço prestado em condições insalubres, perigosas, penosas e de risco, conferindo eficácia ao §4º, incisos II e III do art. 40 da CF/88.

Apesar de ter sido protocolado em 2009, o requerimento encontra-se sem solução no âmbito no STF, com transtornos e prejuízos para os servidores, compelidos à permanecerem trabalhando mesmo com direito assegurado à aposentadoria especial. Os representantes do Sindjus deixaram o STF otimistas com o apoio de Carmem Lúcia. “Vou tratar com carinho essa reivindicação e as outras que vocês apresentaram”, garantiu a ministra.